

E se as democracias levassem a sério as suas obrigações para com as Universidades?

A relação entre democracia e Universidade (entendida como o conjunto das instituições de ensino superior) nunca é neutra: pode ser uma aliança virtuosa ou um círculo vicioso. Num mundo cada vez mais incerto e marcado por ruturas profundas, uma democracia que cumpra plenamente as suas obrigações para com a Universidade deve garantir as condições políticas, institucionais, materiais e simbólicas para que o conhecimento crítico desempenhe a sua função essencial: proteger a própria democracia do autoritarismo, da manipulação e da erosão dos valores e direitos fundamentais. Ao fazê-lo, reconheceria que a defesa do bem comum exige uma aliança renovada entre Universidades, intelectuais ativos no espaço público e instituições democráticas capazes de tratar a Universidade como um bem público essencial.

No seu livro *What Universities Owe Democracy*, Ronald J. Daniels lembra que as Universidades têm fortalecido as democracias de múltiplas maneiras: formando cidadãos críticos, produzindo conhecimento para o progresso das sociedades, fornecendo evidência científica para as políticas públicas, combatendo a desinformação, sustentando o pluralismo de ideias e promovendo a mobilidade social. Em contrapartida, uma democracia tem o dever de garantir as condições para o exercício da autonomia institucional e da liberdade académica ancoradas em financiamento adequado e modelos de boa governação e de gestão. Quando estas condições se degradam, não é apenas a Universidade que enfraquece, mas a própria democracia que perde os mecanismos de proteção contra o autoritarismo.

Perante esta rutura, como referiu Mark Carney, em 20 de janeiro de 2026, em Davos, vivemos uma ordem mundial marcada pela erosão das regras e pelo regresso da lei do mais forte. Num contexto em que as potências médias têm de escolher entre erguer muros ou agir de forma ambiciosa e cooperante para moldar uma nova ordem internacional, também as Universidades e as democracias enfrentam escolhas estratégicas: podem resignar-se ao isolamento, fragilizando-se, ou unir esforços para construir algo novo, mais justo e sustentável.

Carney propõe o que chama de realismo baseado em valores: manter princípios fundamentais, mas ser pragmático quanto à diversidade de interesses e à necessidade de progressos graduais. Para as democracias e as Universidades, isso significa engajar-se com o mundo real. A sua força assenta na capacidade de agir coletivamente, com clareza, honestidade e pragmatismo, promovendo o conhecimento crítico para combater a hegemonia do *solucionismo*. Cumprir as obrigações democráticas para com a Universidade significa criar espaços que permitam imaginar, investigar e testar cenários alternativos, contribuindo para o futuro da democracia. Isso implica promover e fortalecer os valores democráticos numa governação participada, promover a ciência aberta, integrar a diversidade e consolidar Universidades de proximidade, ativas nas comunidades. Defender a Universidade é, obviamente, defender a democracia; e proteger a democracia é garantir à Universidade o espaço e os meios para exercer plenamente a sua função crítica, indispensável ao aprofundamento da relação entre saber e emancipação.

Amélia Veiga